



***EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E INTERSECCIONALIDADE:  
MULHERES NEGRAS E IDOSAS, TRABALHADORAS E ESTUDANTES***

***EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS E INTERSECCIONALIDAD:  
MUJERES NEGRAS Y MAYORES, TRABAJADORAS Y ESTUDIANTES***

***YOUTH AND ADULT EDUCATION AND INTERSECTIONALITY: BLACK AND  
OLDER WOMEN, WORKERS AND STUDENTS***

*Ludimila Corrêa Bastos<sup>1</sup>*

*Carmem Lucia Eiterer<sup>2</sup>*

**RESUMO**

O texto apresenta análise de dados produzidos no âmbito de pesquisa de doutoramento. A pesquisa de natureza qualitativa apoia-se em entrevistas semi-estruturadas. As autoras que dão suporte as análises são principalmente Hirata (2010), Collins (2019), Bairros (1995). Discute-se a interseccionalidade como ferramenta analítica essencial para compreender as especificidades da educanda matriculada nesta modalidade de ensino. Considera-se, especialmente, os desafios colocados pela atuação no mundo do trabalho a partir de ocupações pouco especializadas como a de empregada doméstica. Constata-se que os atravessamentos sociais colocam estas sujeitas em situações de assimetrias de poder que se mostram obstáculos a sua frequência à escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de jovens e adultos. Interseccionalidade. Gênero. Raça

**RESUMEN**

El texto presenta una análisis de los datos producidos en el ámbito de La investigación doctoral. La investigación cualitativa se basa en entrevistas semiestructuradas. Los autores que apoyan el análisis son principalmente Hirata (2010), Collins (2019), Bairros (1995). Se discute La interseccionalidad como herramienta analítica esencial para comprenderlas especificidades de la educanda inscrita en esta modalidad de enseñanza. Se considera especialmente los desafíos que plantea el desempeño en el mundo del

<sup>1</sup> Doutora em educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

trabajo desde ocupaciones poco calificadas como la de empleada doméstica. Se comprueba que los cruces sociales colocan a estos sujetos em situaciones de asimetrías de poder que se manifiestan como obstáculos para su escolarización.

**PALABRAS-CLAVE:** Educación de jóvenes y adultos. Interseccionalidad. Género. Raza.

### **ABSTRACT**

The text presents an analysis of data produced with in the scope of doctoral research. The qualitative research is based on semi-structured interviews. The author who supportt he analysis are mainly Hirata (2010), Collins (2019), Bairros (1995). Intersectionality is discussed as an essential analytical tool tounder stand the specificities of the educanda enrolled in this teaching modality. It is especially considered the challenges posed by the performance in the world of work from low-skilled occupations such as that of domestic servant. It is verified that the social crossings place these subjects in situations of Power asymmetries that show themselves as obstacles to their school attendance.

**KEYWORDS:** Youth and adult education. Intersectionality. Gender; Race.

\*\*\*

### **Introdução**

Esse texto apresenta um recorte da pesquisa relativa à tese de doutorado, analisa as interseccionalidades que se apresentam na Educação de Jovens e Adultos a partir de um grupo de mulheres, empregadas domésticas, matriculadas no Ensino Fundamental da EJA.

O estudo realizado no período anterior à pandemia da Covid-19 ganha relevância num contexto em que os efeitos desta crise sanitária se fazem perceber, sobretudo, sobre as mulheres, incidindo desde a maior sobrecarga de trabalhos de cuidado (com filhos, casa e, por vezes com algum outro familiar), até o maior número de desemprego, aumento da violência doméstica e adoecimento físico e mental<sup>3</sup>.

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica que nos auxilia na interpretação dos dados produzidos. Sobre ele, Helena Hirata relata:

<sup>3</sup> Dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica indicam que de um número de 4.272.426 em 2010 passou-se a 2.948.511 em 2020. Entretanto, o número de pessoas que não concluiu a educação básica em 2020 é de 7.209.523 (CRUZ; MONTEIRO, 2021). As matrículas na EJA caíram ainda mais no período da pandemia de COVID-19.

Muitas vezes se falava da relação entre classe e gênero, mas a imbricação entre gênero, classe e raça, sob o nome de interseccionalidade é uma questão que hoje tem uma atualidade científica e social que não existia na época em que falávamos em gênero e trabalho, ou em classe e gênero, sem abarcar a questão da raça, que hoje em dia é considerada tão central e importante do ponto de vista das relações de dominação quanto a questão da classe. As pesquisas no Brasil tendem a mostrar que se pensamos só em gênero em relação às classes sociais ou ao trabalho, vamos ter um resultado que é muito diferente daquele obtido se consideramos também raça e gênero, raça e classe. Se você não faz esse corte interseccional, você vai dizer que os homens ganham mais do que as mulheres. Mas não é tão simples, porque não é apenas que os homens ganham mais do que as mulheres. É que as mulheres negras, por exemplo, ganham menos do que as mulheres brancas, do que os homens brancos e do que os homens negros. (GROISMAN, GOUVEIA, 2018, s/p.).

Recorremos então ao conceito cunhado por Crenshaw (2002), em que afirma que interseccionalidade é

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHW, 2002, p. 177).

Conforme apontam Cabral e Cerqueira (2016), a intersecção de raça, gênero e classe social condicionariam estruturalmente determinados grupos, em especial as mulheres negras, determinando posições que ocupam em relação à produção e reprodução de desigualdades sociais no país. Desta forma, o conceito de interseccionalidade seria fundamental para se pensar sobre as educandas da EJA, pois falamos de mulheres, negras, pobres, com pouca escolarização, esses se tornam fatores que incidem nos espaços profissionais ocupados por elas, como é caso das empregadas domésticas. Entendemos que os marcadores sociais de diferença, tais como gênero, raça, classe, origem e geração operam para delimitar a posição que os sujeitos podem assumir, especialmente, nas assimetrias vividas por mulheres negras educandas da EJA.

A pesquisa que deu origem a esse artigo surgiu a partir da constatação de que a infrequência às aulas, na EJA, por parte das mulheres era superior à dos homens. Investigando as razões deste fenômeno, constatou-se que se apresentava entre suas causas o fato de trabalharem como empregadas domésticas e muitas delas, residirem no

domicílio de suas empregadoras. Diante dessa realidade, quaisquer eventualidades na rotina das residências onde trabalham (um jantar, uma visita inesperada, dentre outras), faz com que elas sejam requisitadas além do horário relativo à jornada normal de trabalho e se verem impedidas de ir até a escola.

Sabóia (2000) define por empregadas domésticas, como no caso das alunas citadas acima, aquelas que exercem funções remuneradas como arrumar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, lavar roupa ou louça, passar roupa, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas; orientar ou dirigir empregados domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou outro morador do local de trabalho, residindo ou não no local de trabalho. Apoiando-nos em Hirata (2010) podemos afirmar que estas são funções de cuidado.

A autora afirma que o cuidado, ou *care*, do latim, é o tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa, evidenciando que tudo que fazemos em prol do bem do outro é uma forma de cuidado. Nesse sentido, a autora observa que até mesmo descascar batatas pode se revelar um trabalho de *care*. Deste modo, Hirata evidencia que o serviço desempenhado por empregadas domésticas é uma forma de cuidado, pois cuidam da alimentação, da limpeza e organização, da saúde do outro, preservando o seu bem estar. Isto faz com que seja necessário olhar com atenção o trabalho doméstico remunerado e o que é a relação de cuidado, quando esta se profissionaliza<sup>4</sup>.

Nesse caminho, Louro (2004), mostrou que o conceito de gênero, entendido como uma construção social e articulado à classe, etnia, religião, idade determinou algumas posições que as mulheres ocuparam e ocupam do ponto de vista social. A autora frisa que discursos carregados de sentido sobre relações de gênero explicaram como mulheres e homens constituíram suas subjetividades e é também no interior e em referência a tais discursos que elas constroem suas práticas sociais, assumindo, transformando ou rejeitando as representações que lhes são propostas. Reforçando a importância da interseccionalidade para refletirmos sobre a trajetória da educanda na EJA.

---

<sup>4</sup> No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) 12 de 2009, os afazeres domésticos constituem um grupo de atividades prevalentemente a cargo de mulheres. No país, 109,2 milhões de pessoas declararam exercer atividades relacionadas a estes afazeres, sendo que, deste conjunto, 71,5 milhões são mulheres. Verificou-se que, somente 51,1% dos homens realizam afazeres domésticos enquanto entre as mulheres esse percentual é de 90,6%. Em termos absolutos, é a população adulta de 25 a 49 anos de idade que mais realiza tarefas domésticas. Não obstante, considerando a população em cada grupo etário, observa-se que é a população de 50 a 59 anos de idade que despense maior parte do seu tempo em tais afazeres (24,3 horas semanais).

Nos quadros abaixo, segue resumo do perfil das entrevistadas pela pesquisa e um pouco sobre a situação de trabalhista e de moradia delas. Porém, nesse artigo, nos atemos apenas alguns casos de forma mais minuciosa.

**QUADRO 1:** Perfil das trabalhadoras domésticas entrevistadas.

NOME	IDADE	COR/RAÇA	ESTADO CIVIL	Nº DE FILHOS	ORIGEM
IRENE	65	Negra	Solteira	0	Januária
EMÍLIA	53	Negra	Solteira	0	Curvelo
ROSÁRIO	53	Negra	Solteira	1	Lavras
ROSE	52	Negra	Viúva	2	Rio de Janeiro
TINA	45	Negra	Casada	2	Belo Horizonte
NINA	39	Parda	Solteira	1	Teófilo Otoni
LÚCIA	38	Parda	Solteira	1	Belo Horizonte
JÚLIA	20	Branca	Solteira	0	Almenara

**Fonte:** dados produzidos pelas pesquisadoras

As mulheres educandas na EJA, portanto, não são quaisquer mulheres<sup>5</sup>. Os marcadores sociais de diferença como gênero, raça, geração, origem geográfica e religião, posicionam-se em situações de assimetria de poder que resultam em obstáculos a escolarização delas. Parte dessas mulheres tem origem no campo ou em cidades do interior e migram em busca de trabalho. Algumas são mães, mas muitas das que residem nas casas de patroas não tem família, dedicando-se, por vezes, ao trabalho para a mesma família por gerações. Residem em condições precárias, em quartos minúsculos destinados a empregadas, e o dividem, em alguns casos, com caixas e objetos das patroas.

**Quadro 2:** Situação trabalhista e de moradia.

NOME	RENDA MENSAL	SITUAÇÃO TRABALHISTA/MORADIA
IRENE	1 salário	Mensalista/reside no emprego
ROSE	2 salários	Mensalista/reside no emprego
JÚLIA	1 salário	Mensalista/reside no emprego
EMÍLIA	1 salário	Mensalista/reside no emprego
TINA	Pouco mais de dois salários e meio	Diarista/ casa própria
LÚCIA	Pouco mais de três salários	Diarista/ casa própria

<sup>5</sup> O único homem entrevistado recebe salário maior do que as mulheres ouvidas, mas seu escopo de trabalho inclui também a manutenção.

NINA	1 salário	Mensalista/ residência própria
ROSÁRIO	3 salários	Mensalista/ residência própria

**Fonte:** dados produzidos pela pesquisadora<sup>6</sup>.

Recentemente, no livro *Eu, empregada doméstica*, Preta-Rara (2019)<sup>7</sup> traz à público uma pluralidade de testemunhos de situações vividas a partir do lugar de empregadas domésticas. Seu trabalho apresenta a análise das heranças coloniais encerradas nas relações entre patrões e *trabalhadoras: a exploração das mulheres residentes no emprego*, submetidas a ocupar quartos de empregadas. Tal situação é escancarada nos relatos compartilhados na página do Facebook de mesmo nome do livro e o diálogo construído nestas trocas, no conhecimento compartilhado, desvela *a violenta desigualdade* escondida atrás da expressão “*quase da família*”.

Como argumenta Barros (1995), sob essa expressão “*quase da família*”, se oculta uma gama de situações de exploração do trabalho destas mulheres, como vemos no caso que destacamos para análise.

Trazemos o exemplo de Dona Irene, por configurar um caso exemplar. Irene Soares é negra e à época da entrevista tinha 65 anos de idade. Nasceu em Januária numa família de 7 filhos e desde a infância ajudava nos trabalhos de cuidado da casa e da alimentação. Seus pais atuavam no plantio de alimentos e eles, assim como seus filhos, não tiveram acesso à escola. Encontrava-se matriculada na 3ª série do Ensino Fundamental. Residia no Bairro Serra, na casa da patroa, próximo à escola onde estuda. Considerou aprender a escrever para assinar o nome e fazer uma nova cédula de identidade, uma conquista que exhibe orgulhosa:

*“Eu fui pra escola por minha conta mesmo. Via o pessoal passando de uniforme aqui na porta do prédio e me inspirei. Fiquei com vontade de estudar, fui e me matriculei. Eu fui pra escola pra aprender a escrever o meu nome. Tinha muita vergonha da minha identidade com o meu dedão lá em vez da assinatura. E em todo lugar era assim, só assinava com o dedão. Aí eu aprendi a assinar, tirei a identidade nova e empolguei. Fiquei inspirada a pegar o diploma da 4ª série. Quero ele lá num quadro para mostrar pra todo mundo que eu sou pobre, nasci pobre, mas dei a volta por cima e estudei”.*  
(Irene, entrevistada)

Irene trabalha para a mesma família desde os 28 anos de idade. Primeiramente, empregou-se na casa dos pais de sua atual empregadora que é divorciada e não possui filhos. Mais tarde, ela foi transferida para a filha (atual patroa) como uma “herança

<sup>6</sup> Apenas Julia e João contam com o registro formalizado em carteira de trabalho por ocasião da entrevista. Julia pediu demissão pouco tempo depois, pois considerava não ter liberdade e autonomia (por exemplo, para namorar) residindo no mesmo domicílio em que trabalha.

<sup>7</sup> Preta-rara é codinome de Joyce Fernandes, mulher negra, professora de história de 32 anos. No seu registro, que dá origem ao livro, começa testemunhando as suas vivências no exercício do trabalho doméstico remunerado e, a estes, se somaram outros muitos depoimentos.

familiar” deixada por seus pais. Relatou que com a morte dos pais de Ana (patroa), passou a trabalhar com ela sem pensar duas vezes, pois afirma que a considera parte de sua família.

Apesar de residir no domicílio onde trabalha, possui uma casa em Ribeirão das Neves, que permanece fechada durante a semana, ela vai até o local nos finais de semana. Ali, cuida de seus nove cachorros retirados das ruas. Nos fundos de sua casa, permitiu que seu sobrinho e esposa construíssem um barracão. Atualmente, eles residem aí com seus dois filhos. Irene paga uma quantia mensal para a esposa de seu sobrinho alimentar os seus cães, mesmo sendo a proprietária do terreno e não cobrar aluguel.

Como vimos, ela passou de uma geração a outra na família de Ana, tendo sido empregada da mãe dela anteriormente. Conta ao todo 37 anos de serviço na família. Observamos, no entanto, que Irene frequentava a escola apenas nos dias em que estava “emprestada” para o trabalho noutra casa para um casal, exercendo a função de limpeza por duas vezes na semana no apartamento deles. A sua patroa (Ana) argumentava que não podia arcar com seu salário.

Deste modo, embora Irene desempenhe tarefas de organização e limpeza todos os dias nesta casa onde reside, e realiza o dobro de trabalho, duas diferentes jornadas, por um único salário. Na casa da patroa Ana, as prioridades da empregadora eram o horário do jantar e a segurança da residência. O que se verifica ainda nos finais de semana em que Irene não ia para a sua residência ou voltava mais cedo – e acabava se ocupando de tarefas da residência de Ana. Como atesta este trecho, é constante a extensão da sua jornada de trabalho:

*“Eu falto muito de aula. Perco prova, matéria. Por isso que tomo bomba e não consigo aprender. É que eu só consigo ir pra escola terça e quinta, quando tô na outra casa. Segunda, quarta e sexta eu tô aqui. Aí não dá. É até perto da escola, mas a aula começa 18:30 e a Dona Ana gosta de jantar às 19hs. Aí, até eu arrumar tudo fica tarde pra ir. E ela também fica com medo. A Serra é muito perigosa tem muito ladrão. E o prédio tem portaria, mas tá sem porteiro. Ela fica com medo de um ladrão me espreitar e entrar para cá junto comigo” (Irene, entrevistada).*

O caso de Irene leva a considerar, como Collins (2019) observa, que a agência das mulheres negras é interseccionada por sistemas de poder de gênero, raça e classe que geram como efeito outras assimetrias. Assim, a sua atuação no meio social, no acesso às oportunidades laborais, à moradia, à direitos reprodutivos, à escolarização e outros bens, direitos e serviços se faz de tal modo que as coloca na posição de sujeitos mais distantes dos privilégios brancos. Collins ainda nos diz que

A combinação de sistemas de opressão faz com que essas mulheres se vejam mais distantes dos privilégios dos homens brancos (como acesso à trabalho, renda e os direitos sociais decorrentes destes) estando após mulheres brancas e mesmo dos homens negros no acesso a direitos, bens e serviços. Não deixaremos de registrar que grande parte do trabalho doméstico e de cuidado executado por elas não é remunerado. (COLLINS, 2017, p. 11).

Observamos, como afirma Hill Collins, que: “[...] identidades desempoderadas que as mulheres de cor carregam, as posiciona em inequidades sociais complexas, de forma diferente daquelas vividas por homens ou mulheres brancas” (COLLINS, 2017, p. 11). Ou seja, a maior parte das educandas da EJA são mulheres, negras, pobres, empregadas domésticas que convivem com sistemas de opressão que as impedem o acesso a bens e serviços básicos. Vale ressaltar que a ausência de contrato de trabalho com registro em carteira significa ausência de direitos trabalhistas tais como seguro-saúde, auxílio desemprego, férias remuneradas, FGTS e 13º salário.

Posto isso, Silva (2009) aponta que a noção de gênero resulta da ligação entre conhecimento, ideologia e poder. A autora afirma que a escola não pode furtar-se a esse debate, especialmente na EJA, onde tal questão pode ser definidora da permanência ou não da mulher nos estudos. O fato da noção de gênero ser culturalmente construída demonstra que este conceito está em constante mudança de sentido, sujeito a ser revisto e reformulado, oportunidade em que a escola pode agir.

Ao tratarem as suas histórias de vida em um plano individual, as egressas da EJA que entrevistamos, não contextualizam numa perspectiva de relações de gênero, suas trajetórias carregadas de heranças sociais e históricas - que determinam seus lugares na sociedade. Ao naturalizar tais desafios, sob suas perspectivas pessoais, não refletem que são desafios comuns postos a elas, enquanto mulheres, em muitos casos pobres, periféricas, pretas ou pardas. Deste ponto, a instituição e o currículo podem estar sensíveis e refletir sobre as outras diversas assimetrias percebidas pelas mulheres. Neste aspecto, não apenas a escola estaria mais atenta às suas dificuldades de permanência, mas a escola e a Educação de Jovens e Adultos podem auxiliá-las a perceberem que suas histórias se compõem a partir de elementos comuns.

No contexto mais geral da área da Educação de Jovens e Adultos, no início dos anos 2000, Nogueira (2002), observava a ausência de uma política nacional articuladora



das mais variadas experiências, projetos, iniciativas e ações. Desde então, a situação não mudou para melhor. Nogueira (2002) afirma que o combate ao analfabetismo de mulheres adultas, por se tratar de um contingente com necessidades muito específicas e limites próprios, exige políticas muito bem planejadas para conseguir a atração e a manutenção desse público-alvo.

Nesse caminho, de acordo com Barreto, Álvares e Costa (2006), a visão de mundo de uma mulher que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo de afastamento da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricas em experiências vividas, as alunas da Educação de Jovens e Adultos configuram tipos humanos diversos. São mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos. A cada realidade corresponde um tipo de aluna e não poderia ser de outra forma. Afinal, são pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados por meio da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridas.

Como Valino (2005) expõe, muitas pessoas adultas e idosas que se matriculam em cursos de Educação de Jovens e Adultos, não estudaram porque não havia escola próxima às suas casas, ou, quando havia escola disponível, precisavam trabalhar para ajudar na manutenção da família. O trabalho não especializado e a maternidade precoce também fazem parte de suas biografias. Como apontamos anteriormente em outro estudo (AUTORAS, 2012), a escola simboliza para as mulheres, alunas da EJA, oportunidade de mudança de vida. Elas a veem como a porta para inserção e reinserção no mercado de trabalho e como chance de crescimento profissional, possibilitando-lhes obtenção de renda própria e independência financeira, crescimento pessoal e aumento da autoestima, além de sentimento de igualdade perante maridos, filhos e amigos.

Partindo desse ponto, retomamos o que Alves (2006) sinalizou, mostrando que o aumento da escolaridade é um pré-requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas sociais.

### **Mulheres, trabalhadoras no Brasil**

A partir dessa constatação, recorreremos a Quirino (2012), que refletindo sobre o trabalho no Brasil, afirma que a partir da década de 70 até os dias de hoje, a participação das mulheres no mundo do trabalho tem apresentado uma espantosa progressão. Dados

do IBGE apontam um acréscimo de mais de 10 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2010. A autora aponta entre as causas: o aumento da escolaridade feminina, a queda da fecundidade, novas oportunidades oferecidas devido ao desenvolvimento tecnológico e aos novos modelos de organização e gestão da força de trabalho e, finalmente, as mudanças nos padrões culturais, que alteraram os valores relativos aos papéis que caberiam a homens e mulheres na sociedade.

Não obstante o crescimento da taxa de participação da mulher no trabalho assalariado, Quirino (2012) destaca a responsabilidade pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e demais parentes, dando continuidade aos modelos familiares tradicionais, provocando sobrecarga para as novas trabalhadoras, que têm o seu “trabalho duplicado”. Com esta afirmação, se toca em um ponto de suma importância, pois ainda se verifica, constata-se que mulheres ocupam mesmos cargos, funções e profissões que os homens e recebem remunerações menores. Podemos afirmar que as mulheres ocupam majoritariamente profissões que ainda são consideradas femininas, como por exemplo, aquelas de cuidado. E, dentre estas, as pouco escolarizadas ocupam as funções de babás, manicures, cozinheiras, empregadas domésticas e outras similares.

Segundo Resende (2008), 20% das mulheres que trabalham no Brasil são empregadas domésticas. Muitas destas mulheres iniciaram nesta profissão ainda muito jovens e grande parte, nasceu no campo e migrou para os centros urbanos. Aponta que quem exerce essa profissão pertence aos grupos sociais mais empobrecidos e mostra que a baixa escolaridade é fator de destaque, reforçando que o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade no mercado de trabalho. Trata-se de uma atividade massivamente feminina, porque cerca de 92,4% dos trabalhadores domésticos são mulheres. Essa categoria registra, também, altos índices de informalidade: apenas 26% das trabalhadoras têm carteira assinada, contra 58% dos demais trabalhadores, e 27,5% da categoria não chega a receber um salário mínimo por mês. (BRITES, 2008, p. 76).

Nesse caminho, relembramos a história de Rose dos Anjos, uma mulher que se declara negra *com muito orgulho*. Tinha no momento das entrevistas, 52 anos de idade. Nasceu e cresceu na capital do Rio de Janeiro na Favela da Rocinha. Seus quatro filhos, todos homens, com idades entre 30 e 36 anos, são casados e residem em Cabo Frio, no interior do Rio de Janeiro. O marido faleceu há 20 anos, quando o filho mais novo do casal tinha dez anos de idade. Nessa época, a família se mudou para Cabo Frio, na

Região dos Lagos, onde Rose conseguiu emprego em casas de família e seus filhos vendiam *quitutes* na praia após a escola para completar o orçamento familiar. Além da gravidez precoce e exposição à violência oriunda do tráfico, sua fala registra o ingresso no trabalho doméstico como a opção possível para ela:

*“Eu passei a infância no Rio. Amo aquela minha terra. Casei com 16 anos, quando engravidei do meu mais velho. Mas o pai dos meninos mexia com muita coisa errada e morreu quando o caçula tinha apenas 10 anos. Aí, eu tive que sair do Rio. Fui pra Região dos Lagos, lá pra Cabo Frio com meninos. Tinha parente lá e arrumei umas casas para faxinar e os meninos vendiam quitutes que eu fazia na praia depois da escola, porque a grana era curta. Fiquei lá em Cabo Frio fazendo o mesmo que fazia no Rio: faxinava. É o que menina preta, pobre, que cresceu na favela e não estudou consegue fazer, não é?” (Rose dos Anjos, entrevistada).*

Reside, há 13 anos, na casa de seus patrões na Zona Sul de Belo Horizonte, em um amplo apartamento, local onde foram realizadas, com muita tranquilidade, todas as entrevistas. Como podemos ver nos trechos abaixo, confirmando a regra geral, veio para Belo Horizonte já com o acordo prévio referente a emprego e residência:

*“Vim pra BH tem 13 anos. Conheci a Dona Rosa [patroa] lá em Cabo Frio. Eu fazia faxina na casa que a mãe dela sempre alugava nas férias. Fazia faxina e fazia comida, porque eu cozinho muito bem. Aí, quando ela casou, ela não sabia cozinhar nada. E gostava de comer bem. Então, a mãe dela arrumou pra eu vir pra casa dela. Como os meninos já estavam criados e andavam com as próprias pernas eu vim pra cá. Quem não ia querer uma promoção? Parar de limpar pra poder ser cozinheira?” (Rose dos Anjos, entrevistada).*

Rose é cozinheira na casa de seus patrões. Prepara todas as refeições da família e também acompanha o trabalho dos demais funcionários da casa: uma faxineira diarista, que vai até a casa duas vezes por semana e uma lavadeira e passadeira, que também trabalha duas vezes na semana (um dia para lavar, outro para passar). Para ela, o cargo que ocupa é um lugar de destaque, lugar de reconhecimento que exige competência e responsabilidade como retratado a seguir:

*“Aqui eu só cozinho. Aliás, eles me contrataram para cozinhar. Mas entre uma refeição e outra, eu aproveito, por minha conta mesmo, para fiscalizar o que os outros fazem. Porque empregada que não é fixa é meio desleixada. E como eu sou a única que moro aqui, me sinto na responsabilidade de acompanhar tudo. É minha casa também, né?” (Rose dos Anjos, entrevistada).*

No que diz respeito à relação entre mulher, aluna da EJA e empregada doméstica, Valle (2010) registra que mesmo sendo a família a primeira instituição

social com que as pessoas estabelecem qualquer relação com a leitura, é de fato no ambiente de trabalho que a maioria dos discentes da Educação de Jovens e Adultos, de modo geral, percebe a necessidade de desenvolver as diversas habilidades dessa prática, o que faz com que seus patrões e ofícios sejam muitas vezes seus mediadores da leitura. Para a autora, destaca-se a importância que as famílias empregadoras acabam por exercer como mediadoras de leitura, influenciando no acesso ao material de leitura e intervindo em sua formação como sujeitos leitores. Alguns patrões atuam como fonte de incentivo no retorno à escola, assim como no cultivo de hábitos de leitura, fornecendo às mulheres o material a ser lido.

Ainda de acordo com as contribuições de Valle (2010), as mulheres, alunas da EJA, tinham ou já tiveram a experiência de trabalhar como empregada doméstica e, na maioria dos casos, foram inseridas nesse ofício desde muito novas, recebendo em troca do serviço prestado moradia e alimentação. Ou seja, como vemos, o trabalho como empregada doméstica faz parte da vida da maioria das mulheres inseridas na EJA, nos anos iniciais do ensino fundamental.

Nessa mesma linha, Valino (2005) apontou que muitas mulheres saem de suas cidades de origem, muitas vezes no interior do país e vão para São Paulo em busca de trabalho, onde as condições de vida apresentam-se completamente diferentes das cidades de origem destas mulheres. Há a necessidade de utilização dos serviços da cidade – bancos, caixas eletrônicos, supermercados, transporte coletivo, para citar apenas alguns. Assim, as necessidades de ler e escrever acabam por se destacar dentre as necessidades pessoais, profissionais ou sociais destas pessoas. Enfim, em uma cidade grafocêntrica, é necessário ler, porque a informação está quase toda focada no código escrito e os analfabetos nem sempre encontram pessoas dispostas a lhes explicar as informações de que necessitam.

Assim, a necessidade faz com que muitas mulheres, jovens e adultas procurem um curso de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos. Deste modo, verifica-se, aqui, um paradoxo: um dos principais motivos que as impediu de frequentar a escola na infância foi a necessidade de trabalhar. Agora, como pessoas adultas, um dos principais motivos que o faz procurar um curso de alfabetização é, novamente, a necessidade de trabalhar. E, mais ainda, o trabalho é um dos motivos de maior dificuldade de permanência na EJA.

Valino (2005) aponta que babás ou cuidadoras de idosos, que moram no local de emprego, são mulheres que enfrentam uma situação extremamente delicada e injusta

quanto à sua jornada de trabalho, que se estende por muitas horas a mais. Os empregados domésticos eram excluídos, até aquele momento, da proteção legal da jornada diária de trabalho conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Por conta disso, muitas vezes, como mostra Santana (2003), estudo e trabalho tornam-se inconciliáveis por ser necessário, a empregada doméstica, estar sempre à disposição da família e esta acaba por abandonar seus estudos e optando pelo trabalho, que é aquele que lhe garante uma renda para o sustento próprio e da família.

Sabemos que para a reivindicação de seus direitos, a organização é fundamental. Entretanto, trata-se de uma categoria dispersa, pois cada trabalhadora está em uma residência, em um apartamento ou em uma casa, e há muita dificuldade de ter acesso ao espaço privado de outras pessoas, o que torna difícil a sua organização em grupo, como apontou Oliveira (2008). Através do PEC das domésticas (Proposta de Emenda Constitucional das Domésticas), aprovada em 26 de Março de 2013 no Senado e promulgada em 02 de Abril do mesmo ano, garantia aos empregados domésticos 16 direitos que até então eram assegurados aos demais trabalhadores rurais e urbanos, entre eles 13º salário com base na remuneração integral, jornada máxima de trabalho de 44 horas semanais, pagamento de horas extras e adicional noturno, férias remuneradas, aviso prévio e seguro contra acidente de trabalho, além de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros.

Não podemos deixar de afirmar que são medidas que, se colocadas em prática, garantiriam uma maior qualidade de vida para estas trabalhadoras, como Alves (2006) já havia sinalizado, apontando que o trabalho executado pelas mulheres não pode se configurar em qualquer trabalho, mas sim em trabalho entendido como ocupação produtiva, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade e segurança, garantindo dignidade às mulheres.

### **Raça e herança da escravidão**

O cuidado com a aparência foi um dado que nos chamou a atenção. Lúcia, Nina, Tina e Rose utilizam seus cabelos considerados como crespos ao natural. Maria Emília, Maria do Rosário, Irene e Júlia trazem (ou usam) os cabelos sempre escovados. Excetuando-se Júlia, as demais alisam seus cabelos.

Sobre isso, diz Figueiredo (2008) que o cabelo é que marca a *raça* e o que mais *preocupa* a mulher. Mas a vivência do racismo é diferente para homens e mulheres. Os

homens negros, sobretudo os jovens negros, estão mais expostos à violência física institucionalizada ou não; enquanto que as mulheres são mais vulneráveis a outros tipos de violência. Referimo-nos não só às que condicionam a aparência às oportunidades de trabalho, mas também, e principalmente, aos tipos de violência relacionados às representações sobre o corpo e à construção de padrões de beleza hegemônicos que desconsideram a existência da beleza negra.

De acordo com a mencionada autora, a discussão acerca do corpo negro é importante no Brasil como em muitos outros países da diáspora africana. Os negros foram discriminados nas propagandas e no mundo da beleza, duas esferas importantes na construção de estereótipos negativos contra homens e mulheres negros, particularmente, contra o cabelo crespo. Exemplos de pais que rejeitam a relação racial sob a alegação de que não querem netos de cabelo crespo são, infelizmente, ainda frequentes na sociedade brasileira.

Sem dúvida, o cabelo constitui uma preocupação que antecede o nascimento da criança e, na maioria das vezes, permanece nas lembranças da infância, da escola e da relação com os outros. Em síntese, o cabelo é um tema muito presente no cotidiano das mulheres negras. Muitas gastam quantias significativas dos seus salários para obter um *cabelo bonito* aos seus olhos e aos olhos dos outros, como aponta Figueiredo (2008).

Ainda com base nas contribuições da autora, os estudos sobre gênero que incorporaram as diferenças de cor/raça na análise do Brasil começam na década de 1980, pois o país é racialmente desigual e essa situação se mostra pior para as mulheres negras. Desse modo, muitas pesquisas sobre o tema objetivava denunciar as desigualdades no acesso à educação e aos desníveis de renda entre as mulheres negras (pretas e pardas), em comparação com os homens negros, com as mulheres e os homens brancos. Os homens brancos estavam sempre no topo da hierarquia, enquanto as mulheres negras sempre, na base da pirâmide.

Vimos que, de todas as pessoas que participaram dessa pesquisa, apenas uma mulher se autodeclarou branca. Os demais se declararam negros. Se levarmos em consideração raça/cor, não encontraremos diferenças salariais entre esses sujeitos. Porém, Benedito (2008), mostra que não podemos deixar de mencionar que o processo de inferiorização do negro e, em especial, da mulher negra, se mantém historicamente como resultado de herança cultural racista e discriminatória.

A autora mostra que o racismo persiste no Brasil e é comprovado em estatísticas oficiais que evidenciam obstáculos à ascensão social de negros em todas as esferas da sociedade e, em especial, no mercado de trabalho.

De acordo com Harvey (2016), o mito da democracia racial deve ser superado, já que, desde a suposta tentativa de sua reinserção em sociedade, a população negra experimenta desvantagem em todas as instâncias da vida social. Para a autora, um olhar direcionado às questões sociais do Brasil demonstra a maneira pela qual a discriminação racial se incorporou a todos os espaços, públicos ou privados. E incluímos, aqui, o mercado de trabalho onde os sujeitos dessa pesquisa estão inseridos. O que vemos é um racismo estrutural e institucionalizado.

Racismo institucional, de acordo com Werneck (2016), trata da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior. O racismo institucional opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas, atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. O racismo institucional é um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes dentro da sociedade.

De acordo com Prado e D'arrochella (2012), pode parecer contraditório e surpreendente que, em pleno século XXI, quando o nível da produção econômica material no mundo atinge patamares tão altos e quando as tecnologias atingem níveis de desenvolvimento e sofisticação capazes de produzir perplexidade no mais sábio e melhor informado dos mortais, ainda se fale em “escravidão” ou “trabalho análogo à escravidão” como forma de exploração da força de trabalho humana e de produção de riquezas. Mas ela existe e é definida pelo Código Penal Brasileiro (CPB) como:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. (BRASIL, 2003).

No caso da entrevistada Irene, com situação de grande exploração (nenhum acesso à direitos trabalhistas, local inadequado para dormir, trabalho excessivo por ser “dividida” entre as tarefas de duas residências), acabamos vendo uma situação que se

remete a condições semelhantes ao trabalho escravo, como uma continuidade da escravidão. Além do exposto, Irene “trabalhava” para os pais da atual patroa e, agora, trabalha para a filha deles. Não obstante, ela adquiriu uma casa para si mesma, diferente de Emília, por exemplo.

Vimos que, como já mencionado, o cansaço e o acúmulo de tarefas é a maior queixa apresentada pelo grupo, principalmente por aquelas/ aquele que residem/ reside no emprego, pois possuem extensas jornadas de trabalho. Sabem a hora que começam a trabalhar, mas nunca sabem a hora em que suas tarefas do dia serão encerradas. Lembramos, aqui, a “boa negra”, de Monteiro Lobato: Anastácia não deixa de ser a escrava do sítio. Sempre disponível, assim como o preto velho, Tio Barnabé.

Em uma sociedade em que ainda existe o racismo, a mão de obra das empregadas domésticas é, em sua maioria, negra, explorada ao máximo por seus patrões. Sobre isso, Benedito (2008) contribui, dizendo que as mulheres negras foram trazidas para o Brasil na condição de escravas e, portanto, para o trabalho. Trabalhavam o tempo todo, fosse na lavoura, fosse nos afazeres domésticos ou amamentando os filhos das sinhás, sendo também responsáveis pela reprodução da mão-de-obra escrava por meio da procriação da espécie.

Benedito (2008) mostra que a escravidão africana foi extinta por motivos estritamente econômicos, tendo em vista a expansão da industrialização e do capitalismo, quando negros e negras passam a ser vistos como um problema para a sociedade que se torna, cada vez mais, racista e preconceituosa. Aliás, podemos verificar muitos exemplos, na história brasileira, dos discursos em prol da modernização dos centros urbanos, especialmente da capital do Império, que viam nessa população o sinônimo do atraso nacional e uma série de estereótipos negativos como pretensa justificativa da sua inferioridade. Benedito (2008) destaca que o homem negro foi posto na rua, sem trabalho, sem respeito, sem estrutura nenhuma que garantisse seu desenvolvimento, enquanto a mulher negra se manteve nos núcleos familiares, exercendo as mesmas funções do período da escravidão. Assim, estruturou-se um conjunto de atitudes discriminatórias ligadas à raça/etnia:

A mulher negra está envolta em um binômio de discriminação historicamente naturalizado na sociedade brasileira machista e sexista. De modo que, ao observar se a situação da trabalhadora negra no Brasil de hoje, percebe-se que se apresenta como uma extensão da realidade vivida por elas no período da escravidão. Não ocorreram muitas mudanças significativas, pois permanecem em último lugar na



escala social, sendo preteridas no mundo do trabalho. Dados estatísticos revelam que elas continuam a ocupar a maioria dos postos de trabalho nos serviços domésticos, que recebem os piores salários, trabalham mais entretanto com rendimento menor e apresentam menor nível de escolaridade se observados todos os níveis de escolarização. Logo possuem limitações para ingressar, permanecer e ascender no mercado de trabalho, restringindo-se assim, as possibilidades de terem uma vida digna com oportunidades iguais. (BENEDITO, 2008, p. 139).

Vasta literatura histórica e sociológica indica como essa discriminação racial se construiu com o auxílio, inclusive da escola. Dávila (2006), por exemplo, mostrou, em sua obra, que educadores, intelectuais, cientistas sociais, médicos tinham, entre o período de 1917 e 1945, a expectativa de que a criação de uma escola universal poderia embranquecer a nação, livrando o Brasil do que eles caracterizaram como a degeneração de sua população. Implementando políticas públicas influenciadas pela eugenia, acreditavam que a maior parte dos brasileiros, pobres e/ou pessoas de cor, estavam ligados à degeneração, devido à falta de cultura, saúde e ambiente, o que comprometia a vitalidade da nação. Também acreditavam na capacidade de mobilizar ciência, técnica, política estatal para "*curar*" essa população, transformando-a em cidadãos-modelo. Mas, para isso, era necessário embranquecê-la, fosse em sua cultura, higiene, comportamento e, eventualmente, na cor da pele.

A partir dessa informação, recorremos à Gonzaga (2011), que afirma que é pela análise sociológica que compreendemos as assimetrias raciais presentes no acesso à educação, moradia, lazer, etc. e a hierarquização entre negros e não negros observada nos ambientes de trabalho, onde os homens e as mulheres negras ocupam os níveis mais baixos da escala ocupacional. De acordo com a autora, somente a partir da compreensão de que raça existe enquanto construção social e que opera no imaginário brasileiro, será possível lutar contra um tipo de racismo que está impregnado nas estruturas sociais.

Gonzaga (2011) afirma que, apesar da miscigenação da população brasileira e do discurso de que vivemos numa sociedade democrática, as vantagens da branquitude são evidentes, quando se observa o componente racial a que pertencem os ocupantes dos mais altos escalões no governo e nas grandes empresas. Verificamos a forma desigual de usufruto dos direitos trabalhistas para negros e negras e, no limite, a vivência incompleta da cidadania, contrariando os princípios constitucionais do país.

Para a autora, essa discussão reforça os argumentos de que, se biologicamente as raças não existem, sociologicamente estão presentes na forma como se dão as interações

entre brancos e negros na sociedade brasileira. A forma de observar, atribuir valor e relacionar-se com o homem negro e à mulher negra são apreendidas dentro da nossa cultura.

Concordamos com Prado e D'arrochella (2012), quando afirmam que ações educativas voltadas para a construção de uma consciência crítica, em que o sujeito possa perceber os percalços de sua realidade e sua capacidade de lutar por melhores condições de vida, podem potencializar políticas públicas na constituição de uma sociedade mais justa e mais humana. Desta forma, a educação configura-se como um viés primordial para despertar a autonomia nos sujeitos que dela necessitam.

Sobre isso, vemos que alguns sujeitos dessa pesquisa, como o caso mais marcante, Irene, devido à baixa escolaridade, ao pouco ou nenhum conhecimento da legislação trabalhista e à pouca criticidade perante as situações vivenciadas, viveram situações de grande exploração na casa de sua patroa.

Irene aceitou a situação de ser “dividida” entre duas residências, assumindo todo o serviço doméstico de ambas e continuando a receber um único salário como rendimento. Como já informado, não possuía carteira assinada e não sabia o que é Fundo de Garantia. Justificou essa situação, dizendo que já teve sua carteira assinada pela patroa, mas não como doméstica, e sim como funcionária de uma antiga empresa da patroa. Quando a empresa encerrou suas atividades, lhe teria sido oferecida a opção de ter ou não a carteira assinada. Entretanto ela foi informada de que, se optasse por ter a carteira de trabalho assinada, ficaria “presa ao emprego” e não teria a liberdade de deixar o trabalho quando não mais quisesse aquela profissão. Irene, que já tinha planos de concluir o 1º segmento do Ensino Fundamental e ir morar em sua própria residência, foi levada a não querer o registro em sua carteira de trabalho. Em seu discurso, aparentemente, Irene assume o lugar de quem se beneficia com a situação, porém o que percebemos é uma situação de grande exploração de sua mão-de-obra consequente da ignorância de seus direitos trabalhistas.

Assim, voltando às contribuições de Prado e D'arrochella (2012), é verdade que os que sofrem esse tipo de exploração e violência são enganados e a precariedade de sua situação social (pobreza, pouca ou nenhuma instrução formal, esperança de conseguir um emprego estável, em condições de justiça trabalhista) facilita a ação de pessoas em busca de privilégios. Porém as autoras citadas não entendem pessoas em situação semelhante àquela em que encontramos Irene como vítimas e, sim, como sujeitos sociais importantes, criativos, que resistem aos seus modos, e a eles devem

estar voltadas políticas de educação e de direitos humanos, a fim de que melhor possam articular suas estratégias de luta por uma cidadania plena.

Ávila (2016), com base em outros autores, afirma que viver no local de trabalho é ter seu cotidiano organizado de acordo com o modo de vida e com as exigências de outras pessoas. Isto se configura como uma forma de privação, uma vez que a vivência do cotidiano para além da jornada de trabalho está subjugada à regra dos outros, o que caracteriza uma relação de servidão.

A autora citada menciona que o sentido de servidão no trabalho doméstico, ligado a uma concepção sobre as mulheres como sujeitos predispostos a uma disponibilidade permanente para servir os outros, é informado ainda por um outro sentido de servidão, que diz respeito à sua associação com a escravidão da população negra. A análise crítica dessas heranças contribui para a desnaturalização das relações de servidão no emprego doméstico. Contribui, ainda, segundo a autora, para fortalecer as evidências da maneira pela qual as relações sociais de raça se constituem como uma dimensão estruturadora da pobreza das mulheres e da população negra em geral no Brasil.

Sobre a extensão da jornada de trabalho, após a aprovação da PEC, e, portanto, da regulamentação da jornada de trabalho, Ávila (2016) mostra que permanece a disparidade entre regiões e que a jornada de 44 horas ainda não é, na prática, vivenciada pela categoria no geral. A média de horas trabalhadas em cada uma das seis regiões metropolitanas pesquisadas é a seguinte: Porto Alegre e São Paulo: 40; Belo Horizonte: 41; Salvador: 46; Fortaleza: 48 e Recife: 51.

A autora aponta que através dos processos de pesquisas e dos diálogos sistemáticos com as trabalhadoras domésticas organizadas, podemos perceber que estas estão também sujeitas ao que denominamos de trabalho antecipado e trabalho retroativo: o primeiro caso são tarefas realizadas com antecedência para suprir as necessidades que virão na sua ausência; o segundo são as tarefas acumuladas na ausência das empregadas domésticas e deixadas para elas fazerem.

Vemos que essas duas situações ocorrem com Irene: como trabalha em duas residências, precisa deixar a comida congelada, a casa limpa antes de ir atender às necessidades da outra família. E, quando retorna, precisa limpar e organizar o que foi utilizado em sua ausência.

Segundo Ávila (2016), no caso das trabalhadoras diaristas, são observadas situações de trabalho nas quais, em um ou dois dias na semana, a empregada doméstica

deve realizar tarefas que cobrem necessidades de uma semana de trabalho, considerando o acúmulo de trabalho que encontra e o que deve deixar realizado para os dias que virão. Lembramos que situação parecida foi descrita por Lúcia, que atua como diarista e foi entrevistada para essa tese.

Por fim, concordamos com Benedito (2008), quando afirma que fica estabelecida a necessidade de superação da condição de desigualdade da mulher negra no mercado de trabalho, fato que trará como consequências alterações positivas em todos os âmbitos da vida dessas mulheres e, conseqüentemente, na estrutura socioeconômica e cultural do país, dando um passo significativo rumo ao tão sonhado desenvolvimento sustentável e à efetivação da cidadania.

### **Considerações Finais**

As trajetórias das educandas, sobretudo as mulheres negras, revelam traços que as distinguem e as tornam únicas dentro de uma sala de aula de Educação de Jovens e Adultos e também mostram pontos comuns a uma situação de exploração de seu trabalho e exclusão de direitos.

O desafio que se coloca para a Educação de Jovens e Adultos pós pandemia não é pequeno, muito pelo contrário. Encontrar formas de trazer esse público de volta a escola é um deles. Mas, para além do acesso, o tema da permanência deve considerar os enfrentamentos diários com que se debatem nos seus cotidianos. A escola conhecer essas especificidades e dialogar com elas torna o acesso ao direito e a permanência na escola algo possível.

Tendo em vista o foco desta pesquisa, tornou-se de fundamental importância o diálogo a partir da noção de interseccionalidade, com as experiências relacionadas às mulheres alunas de cursos de EJA, apontando as especificidades da realidade deste público. Assim, considerar como a interseção de raça, gênero, classe, geração, origem, participam de sua relação com a escola é uma questão que não se esgota nessa pesquisa, sendo uma contribuição que evidencia a necessidade de reflexão acerca do assunto.

## Referências

ALVES, Francisca Elenir. Mulheres trabalhadoras, sim. Alunas, por que não? Estudos sobre gênero, trabalho e educação na Bahia. 2006. 141 p. *Dissertação (Mestrado)*. - Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC, Brasília. 2006.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo de trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016.p. 137-148.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-469, 1995.

BARRETO, Vera (coord.); ÁLVARES, Sônia Carbonell; COSTA, Elisabete. *Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: alunos e alunas da EJA*. Brasília: SECAD, 2006.

BENEDITO, Alessandra. *Igualdade e diversidade no trabalho da mulher negra: superando obstáculos por meio do trabalho decente*. 2008. 151 f *Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico)*. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: 2008.

BRASIL. *Lei 10.803 de 11 de dezembro de 2003*. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.

CABRAL, Fábio Pereira; CERQUEIRA, Lucas Santos. A interseccionalidade de raça e gênero no acesso ao mercado de trabalho: uma breve análise dos dados do IBGE ano base 2016. In.: *Revista diversidade e educação*. Universidade Federal do Rio Grande: Rio Grande, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimentos, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberly. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina: 2002.

CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciana (2021). *Anuário da educação brasileira*. São Paulo: Moderna. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/a-educacao-brasileira-em-2020.html> Acesso em: 14 set. 2021.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Lívio (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Bahia: UFBA, 2008. p. 237-256

HARVEY, Isadora Lopes. *Plataforma Racial? O racismo, a sub-representação e a ausência de questões raciais em campanhas eleitorais*. 2016. 101 f; Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) Brasília: Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2016.

HIRATA, Helena. Teorias e Práticas do Care: Estado Sucinto da Arte, Dados de Pesquisa e Pontos em Debate. In: FARIA Nalu; MORENO, Renata (Org.). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010. p.42- 56.

GONZAGA, Yone Maria. *Trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação na UFMG: relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida*. 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2011.

GROISMAN, Daniel; GOUVEIA, Rachel. *Entrevista com Helena Hirata*. Rio de Janeiro: SJV/Fiocruz, 2018. Disponível em: <https://www.cadtm.org/Helena-Hirata-A-questao-da-interseccionalidade>.

LOURO. Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7ª edição. Petropolis: Vozes, 2004. v. 01. 179 p.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *Mulheres Adultas das camadas populares: a especificidade da condição feminina na busca de escolarização*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Creusa Maria. A organização política das trabalhadoras domésticas no

Brasil. In.: ÁVILA, Maria Betania; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza; SOARES, VERA; FERREIRA, Verônica (org.). *Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 109116.

PRADO, Adonia Antunes; D'ARROCHELLA, Luciana Siqueira da Costa. Escravidão contemporânea: dimensões do problema e educação para a prevenção. In.: *Trabalho e Educação*. Dossiê trabalho e cultura escrita. Belo Horizonte: Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG, vol. 21, nº 3, p. 121-134, set./dez. 2012.

PRETA-RARA (Joyce Fernandes). *Eu, Empregada Doméstica*. A senzala moderna é o quartinho da empregada. São Paulo: Letramento Editora, 2019.

QUIRINO, Raquel. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. In.: *Revista Tecnologia e Sociedade*. Curitiba: 2ª Edição, 2012. 13 p. ISSN (versão online): 19843526.

RESENDE, Patrícia Cappuccio de. *Modos de participação de empregadas domésticas nas culturas do escrito*. UFMG. Belo Horizonte: 2008. Dissertação de Mestrado. 241p.

SABOIA, Ana Lucia. *As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica*. Estudo realizado para o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), Rio de Janeiro: Organização Internacional do Trabalho, 2000.

VALINO, Maria de Lurdes. A escola “desejada” por jovens e adultos em processo de alfabetização. In.: *15º COLE* (Congresso Leitura do Brasil). Campinas: ALB, UNICAMP, 2005.

VALLE, Mariana Cavaca Alves, do. *A leitura literária de mulheres na EJA*. Dissertação de Mestrado em Educação: Faculdade de Educação da UFMG, 2010. 110p.

WERNECK, Jurema. *Racismo institucional: uma abordagem conceitual*. São Paulo: Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2016. 55 p.

Recebido em setembro de 2021

Aprovado em dezembro de 2021.